

editorial

Com este segundo número da TPU – Território, Planeamento e Urbanismo: teoria e prática pretende-se explorar o universo das agendas urbanas, que têm marcado este início de século. As Agendas e respetivos objetivos internacionais, desempenham um papel fundamental na definição de prioridades para o território, ou seja, nas cidades. Num mundo predominantemente urbano, com dinâmicas demográficas distintas, contribuem para propostas, que se gostaria inovadoras, ao nível do planeamento.

Neste contexto o grupo editorial da revista convidou um conjunto de autores a refletirem sobre alguns temas inspirados pelo leque de Agendas que a nível global, europeu e nacional foram surgindo ao longo da década que agora termina. O convite para este debate aberto evoluiu para a exploração dos tópicos que cada autor/a selecionou e sobre os quais refletiu criticamente, tendo as Agendas Urbanas como referência e a sua tradução para o contexto português como objetivo. Este número abrange assim um leque variado de temas, que espelham as preocupações que as cidades, enquanto territórios múltiplos, levantam.

Pretende-se através dos artigos que aqui se incluem, abordar aspetos menos discutidos destas agendas e também dos mecanismos para a sua implementação. Seguindo esta lógica, a presente coletânea encontra-se estruturada em duas partes, uma composta por artigos que exploram diversas dimensões setoriais que vão desde a inclusão, da saúde, a métodos de apoio à decisão.

O artigo de Manuela Mendes e Nuno Oliveira intitulado “Cidade, governança e diversidade: contributos para a construção de um programa de pesquisa” aborda a inclusão de imigrantes numa cidade simultaneamente vista como diversa e cosmopolita, salientando alguma ausência de reflexão em torno das lógicas de governança local, a este nível.

Igualmente numa perspetiva sobre inclusão, o artigo de Gonçalo Santinha, intitulado “Territórios (in)justos na saúde: uma reflexão sobre o conceito de governança territorial na saúde”, retoma questões relativas a governança, apresenta-se como um contributo no âmbito da relação entre serviços de saúde e território, numa ótica de justiça social.

O artigo de João Lourenço Marques, Jan Wolf e Monique Borges, intitulado “Sistemas de apoio à decisão em planeamento: desafios metodológicos e conceptuais”, aborda a metodologia de suporte à tomada de decisão, com particular enfoque na análise dos processos de transformação do território, na relevância dos sistemas de apoio à decisão, conducentes a uma proposta concetual de modelo integrado para a mesma tomada de decisão.

Este número conta ainda com um dossiê sobre a agenda para as cidades, a habitação e o ordenamento do território, contribuindo com uma abordagem analítica da *Agenda Urbana*

Europeia, um debate em torno da habitação e uma reflexão sobre o ordenamento do território do ponto de vista fundiário.

O artigo de autoria de Paulo Correia, intitulado “Território, Planeamento e Urbanismo – Para uma Agenda Urbana Sustentável” olha para a Agenda Urbana Europeia como o culminar de um processo iniciado no início deste século com o desenho dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, nas suas diferentes dimensões, da inclusão social à transparência da contratação pública.

Olhando para as políticas de habitação, o artigo de Ana Fernandes intitulado “Habitação acessível a todos? A política portuguesa e as agendas urbanas nacional, europeia e global: preocupações, impasses e potencialidades” olha para a Nova Geração de Políticas de Habitação à luz das agendas urbanas desenhadas às diversas escalas, focando na abordagem que estas fazem da questão da habitação.

Por último, o artigo de Jorge Carvalho, intitulado “Ordenamento do Território face à propriedade imobiliária” aborda o papel importante que a renda fundiária desempenha no ordenamento do território e a necessidade de novas respostas da administração para assumir e disciplinar as relações nem sempre pacíficas entre direito de propriedade e função social do solo.

Esperamos que esta seja uma oportunidade estimulante para a discussão sobre o futuro das cidades e que contribua de forma crítica para a construção e discussão de futuras agendas para o território.